



IDENTIDADE E IMAGINÁRIO SOCIAL: MULHERES NEGRAS EM CUBA APÓS 50 ANOS DE REVOLUÇÃO

Giselle Cristina dos Anjos Santos.¹

Ao aprofundarmos as análises do processo histórico cubano podemos verificar que a constituição desta sociedade está marcada pela presença material e sócio-cultural de sujeitos africanos e seus descendentes, mulheres e homens negros escravizados, que a partir do século XVI através do trabalho forçado representaram a força motriz para a economia da então colônia de Cuba e metrópole Espanha.

Existe uma vasta bibliografia sobre a revolução cubana, diversos aspectos foram enfatizados, mas pouco problematizou-se sobre as relações de gênero e raça no contexto de mudanças estruturais desta sociedade. Considerando as transformações sociais e estruturais ocorridas em Cuba após a revolução de 1959, possuímos como objetivo analisar historicamente os referenciais identitários de gênero e raça de mulheres afro-cubanas e o imaginário social existente sobre as mesmas, após cinquenta anos de revolução, através das categorias analíticas discursivas de gênero, raça, classe social, e geração, compreendendo, a interseccionalidade das dimensões de opressão e subordinação (CRENSHAW, 2002).

Com o objetivo de interpelar lacunas e silenciamentos da história, efetuamos trabalho de campo em La Habana - Cuba em março de 2009 (ano em que se comemorou o 50º aniversário da revolução cubana e mês do dia internacional da mulher). Através da história oral, método que busca a opulência das micro-histórias e compreende a impossibilidade de encontrar memórias, visões e interpretações únicas do passado (JELIN, 2002), entrevistamos dez mulheres negras com idade igual ou superior a quarenta anos, o que representa terem vivenciado a revolução em si, ou os seus primeiros anos.

Desconstruindo concepções formuladas por noções biológicas da ciência androcêntrica, utilizaremos a categoria teórico-analítica de gênero que analisa as relações entre mulheres e homens como construções histórico-culturais, marcadas por relações de poder (SCOTT, 1992). O conceito de raça não é entendido aqui a partir de uma noção biológica, mas como um construto histórico-social que legitimou práticas de hierarquização social (STOLCKE, 1991). A análise observará ainda, a categoria discursiva geracional, que segundo Motta (1999) conjuntamente com gênero, a

¹ Bacharelada e licenciada em História pela PUC-SP. Atualmente cursa a especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, na UFMG. E-mail: giselle.cdass@ig.com.br



geração/idade é uma das categorias fundantes da vida social, definindo organizações sociais e relações de poder. Assim como investigar através do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), como diferentes sistemas de opressão se relacionam e entrecruzam para fundamentar a hierarquização social.

Compartilhamos da linha discursiva de Stuart Hall (2005) no debate sobre as identidades sociais, conjunto de características pelas quais o indivíduo é associado a um grupo, enquanto uma categoria móvel, fluida e híbrida. A construção da identidade está associada a particularidades específicas de classe, raça, etnia, espaço geográfico e cultura. A identidade da mulher afrocubana não será encarada como eterna e imutável, mas como efeito de processos políticos e sociais. E o conceito de imaginário que adotamos como referência para esta análise está presente em Baczkó (1985), que compreende os imaginários sociais como sistemas simbólicos coletivos, que constroem a identidade e auto-representação social, além de estruturar relações de poder.

A revolução cubana representou e ainda representa um marco histórico latino-americano que inspirou a esquerda em suas estratégias para a construção dos projetos políticos de emancipação na segunda metade do século XX (BUZETTO, MIZUKAMI, 1998; HAVRANEK, 1998). As mulheres negras representavam a base da pirâmide social cubana, o grupo de maior vulnerabilidade social (MORALES, 2007, p. 209). Compreender a concepção político-ideológica que direcionou as ações voltadas às mulheres e os negros, mas em especial a mulher negra após 1959, significa verificar o cerne e a magnitude do projeto político proposto e os níveis de rupturas e permanências com o sistema anterior.

Antecedentes Históricos

Sob a administração espanhola, a ilha de Cuba teve um dos sistemas escravistas mais importantes do século XIX, após a revolução haitiana houve o auge da indústria açucareira cubana entre 1790 e 1820, quando a população escravizada chegava a trabalhar até vinte horas diárias (CASTAÑEDA, 2008, p.348). A sociedade cubana realizou a abolição da escravatura apenas em 1886, a penúltima do continente americano, ficando atrás apenas do Brasil. Alguns autores (BOBES, 1996; MORALES, 2007) defendem que o ideário racista de discriminação a mulheres e homens negros, passou a existir em Cuba apenas na segunda metade do século XIX. Mas, como afirma Stolcke (1991b, p. 63) percebe-se que “*A conquista não ocorre, porém, num vazio ideológico*”. O racismo inerente às práticas de exploração da mão de obra negra escravizada desde



o século XV apoiou-se em teorias científicas a partir do final do século XVIII e durante o século XIX, para justificar a superioridade da “raça” branca sobre as demais (STOLCKE, 1991).

Durante o século XIX a população negra era numericamente superior a população branca da ilha. Com as pressões da Inglaterra para o término do sistema escravista nas Américas, houve um intenso debate sobre o que deveria ser feito com a população negra, pois após a revolução no Haiti existia um presente medo de insurreições negras (GOTT, 2006). Desde este período as problemáticas relativas aos negros eram entendidas como divisionistas, ideólogos como José Antonio Saco, Betancourt Cisneros, entre outros, defendiam a eliminação completa da população negra de Cuba, assim como se pretendeu em praticamente todas as Américas. O economista e ideólogo, Francisco Arango y Parreño defendia a miscigenação para apagar a memória da escravidão, com “(...) *la fundación de colonias en parajes a propósito, compuestas, por mitad, de labradores traídos en derechura de Europa, y de gente de color honradas, cuidando de que todas las hembras fuesen de la última especie, y estableciendo de hecho la mayor igualdad en los colonos*” (ARANGO, t. II apud CEPERO, 2005, p.150).

Como afirma Stolcke (1991b, p. 70), é essencial para as elites o controle da sexualidade e capacidade procriativa feminina. Foi colocado em prática o projeto político de branqueamento através do incentivo da imigração europeia (GOTT, 2006). A população negra não deixou de vivenciar desigualdades e conflitos sociais após a abolição em 1886, a independência e o advento da República, expressão disto foi o massacre sangrento ao *Partido Independientes de Color* em 1912 (CASTRO, 2002). E como resultado da interseccionalidade dos sistemas combinados de opressão, as mulheres afrocubanas enfrentaram um violento discurso. O doutor Ramón Alfonso, secretário da *Comisión de Higiene Especial*, afirmou em 1902 que as mulheres negras vivem “*en constante promiscuidad (...) y favorecidas por todos los medios de su instinto lascivo para que procreara. No podían ser más que unas prostitutas y no podían dar más que hijas prostitutas también*” (ALFONSO, 1902, apud GARCÍA, 2009). Maria de los Reyes, mais conhecida como Reyita, neta de africana escravizada, nasceu em Cuba em 1902 e relata em suas memórias a violência do racismo e as dificuldades de ser mulher e negra na primeira metade do século XX.

Com o incentivo da imigração europeia houve o declínio numérico, mas é expressamente significativo o contingente da população negra e mestiça na ilha. (GOTT, 2006; MORALES, 2007).

Revolução de 1959 e os temas de gênero e raça



Com o êxito revolucionário em 1º de janeiro de 1959, o novo governo, a direção do Movimento 26 de Julho, que se declarou socialista apenas em abril de 1961, priorizou investimentos nos setores de educação, saúde e emprego, considerados setores fundamentais do desenvolvimento social, e tais ações propiciaram transformações significativas para toda a população. Mas questionamos o que mudou para as mulheres, a população negra, e em especial para as mulheres negras após a revolução?

O economista cubano Esteban Morales (2007, p. 209) defende que houve distinções no tratamento da temática racial e de gênero após a revolução, mas acreditamos que tais distinções foram apenas aparentes.

Havia inúmeras organizações de mulheres em Cuba antes da revolução. Até que, em 23 de agosto de 1960, fundou-se a *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC). Nas palavras da presidenta Vilma Espín Guillois², “*Las mujeres cubanas, bajo la orientación directa de nuestro gran líder Fidel, tomamos el camino de la unidad, fundiéndonos en una sola organización.*” (ESPÍN, 1990, p. 6) Atuando junto a outras organizações de massas³, a FMC surgiu com a finalidade de integrar a mulher à nova sociedade, visando o seu aperfeiçoamento social e cultural (ESPÍN, 1990, p. 85). Representando a ponte entre o Estado e as mulheres, a federação se fortaleceu com o passar dos anos⁴.

O governo revolucionário assumiu a existência de desigualdades raciais, mas em 1962 declarou tê-las superado, com a eliminação do racismo institucionalizado e aspectos jurídicos que impediam a igualdade de direitos (GOTT, 2006; MORALES, 2007; FUENTE, 2001). Segundo Morales (2007, p. 206), já que para as autoridades o racismo havia sido superado, passou-se a tratar a temática racial como um tabu, e os que tentaram questionar tal silenciamento foram reprimidos ideológica e politicamente. Criou-se um ambiente social onde tratar sobre a desigualdade racial era visto enquanto retrocesso social, e interpretado como sinônimo de racismo às avessas. Foi publicado um livro que afirmava a superação do “*problema racial*”⁵.

² Vilma Espín Guillois, uma das mulheres que combateu em Sierra Maestra, casou-se com Raul Castro, atual presidente da ilha, em 1959. Presidenta da FMC desde a fundação em 1960, Vilma manteve-se à frente da organização até a sua morte aos 77 anos, em julho de 2007.

³ Criadas a partir da iniciativa estatal, algumas das organizações de massas são: Comités de Defensa de la Revolución, Asociación de Jóvenes Rebeldes, Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, a Unión de Escritores y Artistas de Cuba, Federación de Estudiantes Universitarios. Surgiram outras inúmeras organizações no decorrer dos anos, chegando ao número de 170 nos dias de hoje.

⁴ A FMC contava com mais de 3 milhões e 600 mil federadas no ano de 1995 mais de 85% da população feminina do período (FEDERACIÓN DE MUJERES CUBANAS, 1995, p.15).

⁵ Ver: SERVIAT, P. *El problema negro en Cuba y su solución definitiva*. La Habana, Ed. Política, 1986.



Centenas de organizações negras foram fechadas, como as *Sociedades de Color*, coletivos de apoio mútuo existentes desde o período colonial que possuíam instâncias femininas destinadas às mulheres negras. (GOTT, 2006, p. 201). Segundo Sudbury (2003, p. 141), as organizações negras, e mais especificamente as organizações de mulheres negras propiciam a construção da auto-identidade positiva que se contrapõe aos discursos hostis e desumanos do racismo. Porém, no caso cubano, em prol da unidade nacional e reafirmando uma velha leitura dos políticos no poder que compreendiam a questão racial como divisionista (FUENTE, 2001, p. 107), a população negra não se aglutinou em organizações próprias e não recebeu políticas públicas direcionadas às suas especificidades.

As pesquisadoras Selier e Hernández realizaram uma investigação sobre a identidade racial da população negra em La Habana, onde verificaram o desconhecimento sobre a contribuição do negro na história da nação cubana por parte dos entrevistados, e questionam, “¿Hacia dónde va un grupo privado de su historia?” (SELIER; HERNÁNDEZ, 2002, p.85). Já as primeiras pesquisas sobre mulheres foram desenvolvidas pela própria FMC, contudo, ainda maior que o silenciamento sobre as questões raciais, são as pesquisas sobre os sistemas combinados de desigualdades vivenciados pelas mulheres negras.

Após 1959 houve uma intensa valorização do grupo social constituído pelas mulheres, contudo foi construído o estereótipo da “nova mulher”, onde foram ressaltados os aspectos de interesse do governo revolucionário.⁶ E este, foi contrário tanto ao movimento negro, como ao movimento feminista.

Neste momento histórico foi construído um imaginário negativo sobre o feminismo, visto como um movimento essencialmente burguês (GONZÁLES, 1977, p. 5). A FMC, criada por iniciativa estatal, dá prioridade aos interesses do Estado e da sociedade e não é um grupo específico (BOBES, 2000, p. 112). Foram paradoxais os discursos e políticas da federação, que em certa medida reafirmaram velhos papéis atribuídos às mulheres, como a responsabilidade do trabalho doméstico e cuidado dos filhos, mas também contribuiu para o desenvolvimento educacional e independência financeira das cubanas.

Após a queda do bloco soviético, sua base de relações políticas e econômicas depois de 1959, Cuba vivencia desde o final da década de 1980 uma profunda crise econômica denominada de período especial⁷. Com a crise, estão ocorrendo mudanças estruturais significativas, crescem os

⁶ Para ver discussão onde aprofundamos tais análises, consultar, SANTOS, G. C. A. *Mulher e revolução em Cuba*. São Paulo: Histórica, n.38, 2009.

⁷ Sobre essa temática, ver HAVRANEK (1998); BOBES (2001).



índices de desigualdades sócio-econômicas, a prostituição, além de revelar que as terríveis dimensões do racismo não foram superadas. Já que, mesmo hoje possuindo pouquíssimas diferenças nos índices de escolaridade, a população negra ainda é preterida no quesito trabalho. A estrutura racial do emprego entre a população economicamente ativa apresenta 14,4% de negros (13,4% homens e 16,3% mulheres); mestiços 19,8% (19,7% homens e 19,9% mulheres); contra 65,8% de brancos empregados. E quanto mais elevado o posto de trabalho é menor a incidência de pessoas negras, principalmente nos setores de empregos emergentes, que representam acesso a moedas estrangeiras de maior valor. (MORALES, 2007, p. 187).

Apenas no ano de 2003, ou seja, quarenta e quatro anos após a revolução, o Estado socialista reconheceu a permanência de desigualdades de base racial na ilha. No discurso⁸ Fidel Castro estabeleceu comparações entre mulheres e negros,

Dicho con palabras más crudas y fruto de mis propias observaciones y meditaciones: habiendo cambiado radicalmente nuestra sociedad, si bien las mujeres, antes terriblemente discriminadas y a cuyo alcance estaban sólo los trabajos más humillantes, son hoy por sí mismas un decisivo y prestigioso segmento de la sociedad que constituye el 65 por ciento de la fuerza técnica y científica del país, la Revolución, más allá de los derechos y garantías alcanzados para todos los ciudadanos de cualquier etnia y origen, no ha logrado el mismo éxito en la lucha por erradicar las diferencias en el status social y económico de la población negra del país, aun cuando en numerosas áreas de gran trascendencia, entre ellas la educación y la salud, desempeñan un importante papel⁹.

Porém, questionamos sobre quais mulheres Fidel se refere, afinal dentro do grupo de mulheres cubanas existe uma diversidade entre mulheres brancas e não brancas. Com isto, percebemos a invisibilidade social destinada à mulher negra, pois mesmo entre os grupos sociais marginalizados que faz parte, sua figura é invisibilizada.

E além de demonstrar as permanências do racismo o período especial, também revelou as permanências do machismo, pois devido a permanência de velhos papéis atribuídos as mulheres, a crise econômica vigente afeta primordialmente as mulheres (BOBES, 2001, p.88). E a partir de pesquisas como a de Delgado (2006) que investigou as condições sociais de mães solteiras de um bairro da cidade de La Habana, é possível afirmar que tal crise econômica e desigualdade de gênero se intersecciona ao sistema de opressão racial e afeta com maior intensidade as mulheres negras.

Mesmo depois de cinquenta anos de revolução, o imaginário social sobre a mulher negra em Cuba representa invisibilidade e erotização. Em uma pesquisa sobre a representação gráfica e os estereótipos da mulher negra na publicidade, constatou-se a sua quase inexistência e invisibilidade.

⁸ Das dez mulheres entrevistadas apenas uma tinha conhecimento sobre o citado discurso de Fidel Castro.

⁹ CASTRO, F. R. Discurso pronunciado por el Presidente de la República de Cuba Fidel Castro Ruz, en la clausura del Congreso Pedagogía 2003, en el teatro "Karl Marx". 2003. Disponível em: < <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2003/esp/f070203e.html> > Acesso em: 15 mai. 2008.



Porém, quando a sua figura é representada, é basicamente em anúncios de turismo onde jovens negras e mestiças aparecem seminuas (GUILLARD, 2004). Uma de nossas entrevistadas relatou,

De manera que se yo nací una mujer negra cubana y soy joven, no puedo ser otra cosa, incluso se soy universitaria, que prostituta. Yo de alguna manera voy a intentar prostituirme, para sacar partido de esto, para la sociedad, voy tentar acercarme de esto, mismo que yo aun pertenezca al mundo de la intelectualidad, soy una negra cubana¹⁰.

Nota-se a permanência de um antigo imaginário social preconceituoso. Entretanto, a FMC que tinha como objetivo integrar à nova mulher a sociedade nunca se ateu às particularidades das negras que não se encontravam em condições sociais iguais e não possuíam a mesma representação social que as demais mulheres. Sob a rubrica da unidade limitou-se a existência de discursos divergentes, foram extintas as organizações femininas existentes antes da criação da FMC, entre elas as frentes femininas das *Sociedades de Color*. Assim como em 1996 foi dissolvida pelo *Comite Central del Partido Comunista de Cuba* a *Asociación de Mujeres Comunicadoras*, chamada de Magín, que surgiu em 1993 com o objetivo de intervir nos meios de comunicação e saúde a partir de questionamentos sobre a figura da mulher baseando-se no conceito de gênero. A associação foi acusada de duplicar organizações já existentes, entre elas a *Unión de Periodistas*, a *Asociación de Publicitarios* e a FMC, algo inadmissível (VIGIL, 1998).

Á guisa de conclusão

Apesar da aparente distinção entre as políticas de gênero e raça no período pós-revolucionário, acreditamos que uma mesma lógica permeou o cerne das ações. A questão racial foi compreendida enquanto divisionista por diferentes grupos políticos desde as guerras de independência, inclusive depois de 1959. Entretanto a autonomia do movimento de mulheres também representou incomodo ao governo socialista que buscando força política construiu a necessidade de um discurso unitário, ao centrar seu foco na economia e na produção, por entender as particularidades de gênero e raça secundárias.

As transformações sociais que ocorreram após a revolução representaram ganhos à população, inclusive as mulheres negras, porém o racismo e o sexismo não são apenas problemas de distribuição desigual de recursos, mas também um sistema de idéias e valores que constituem o imaginário social. Sem o ataque do imaginário social preconceituoso e a possibilidade de afirmação identitária positiva verificamos permanências da subordinação política feminina negra.

¹⁰ Entrevista concedida em 14 de março de 2009.



A ênfase na “unidade nacional” para o alcance das transformações sociais sustentou-se pelas inúmeras tentativas de contra-revolução financiadas pelo governo norte-americano, como a invasão da Praia Girón em 1961. Porém, tal perspectiva não significou apenas afirmação antiimperialista, mas o silenciamento de parcelas significativas da população, que inseridas em uma lógica dicotômica só poderiam estar contra ou a favor da revolução em sua totalidade. O reconhecimento das contradições internas de uma sociedade por parte dos indivíduos que a compõem e o governo que a administra representa um complexo exercício de potencial efetivamente transformador, e este poderíamos denominar de revolução.

Bibliografia:

- BACZKO, B. Imaginação social. In: Romano, R. (org.) *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BOBES, V. C. *Cuba y la cuestión racial*. Perfiles Latinoamericanos, Ciudad de México, n.8, p.115-139, 1996.
- _____. *Las mujeres cubanas ante el período especial: ajustes y cambios*. Debate Feminista, Ciudad de México, v.12, nº 23, p. 67-96, 2001.
- _____. *Participación Vs. Identidad: Mujeres en el espacio público cubano*. Perfiles Latinoamericanos, Ciudad de México, nº 15, p.99-118, 2000.
- BUZETTO, M. MIZUKAMI, E. S. Revolução inacabada. In: Coggiola, O. (org.) *Revolução cubana: Histórias e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p.65-79.
- CASTAÑEDA, D. F. *La mujer negra esclava en el siglo XIX cubano: su papel en la economía*. Revista Brasileira do Caribe, Goiânia, vol. VIII, nº 16, p. 339-361, 2008.
- CASTRO, F. R. *Discurso pronunciado por el Presidente de la República de Cuba Fidel Castro Ruz, en la clausura del Congreso Pedagogía 2003, en el teatro "Karl Marx"*. 2003. Disponível em: < <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2003/esp/f070203e.html> > Acesso em: 15 mai. 2008.
- CASTRO, S. F. *La masacre de los Independientes de Color en 1912*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 2002.
- CEPERO, R. B. Azúcar y abolición. *Revista Catauro*, La Havana, año 6, n. 11, p.148-157, 2005.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002.
- DELGADO, L. A. del C. *Un estudio de las condiciones de vida de las madres solas del Consejo Popular Víbora Park: Análisis de la variable racial*. 2006. 91 f. (Tesis de Diploma) Facultad de Filosofía, Historia y Sociología -Universidad de La Habana, La Habana, 2006.
- ESPÍN, V. G. *Informes centrales de los congresos de la FMC*. La Habana, Imprenta Central de las FAR, 1990.



- FEDERACIÓN DE MUJERES CUBANAS. *VI Congreso de la FMC: Memorias*. La Habana: Esti, 1995.
- FUENTE, A. de la. *La “raza” y los silencios de la cubanidad*. Madrid, Revista Encuentro de la Cultura Cubana, n. 20, pp. 107-118, 2001.
- GARCÍA, A. *Nociones de honor, género y raza: La regulación del cuerpo femenino en Cuba en los contextos históricos coloniales y neocoloniales*. Revista Sexología y Sociedad, La Habana, año 15, n. 41, 2009. Disponível em: < www.cenesex.sld.cu/webs/honor.htm > Acesso em: 10 dez. 2009.
- GONZÁLEZ, R. P. *El empleo femenino en Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1977.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.
- GUILLARD, N. *La mujer negra, su representación gráfica y los estereotipos en la publicidad*. Revista Panorama da Realidade Cubana: UNB, v. II, 2004. Disponível em: < <http://vsites.unb.br/ceam/nescuba/artigos/pano221.htm> > Acesso em: 7 fev. 2006.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10º ed. Rio de Janeiro: PP&A, 2005.
- HAVRANEK, A. Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio. In Coggiola, O. (org). *Revolução cubana: Histórias e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p.155-167.
- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. España/Argentina: Siglo XXI, 2002.
- MORALES, E. *Desafíos de la problemática racial en Cuba*. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2007.
- MOTTA, A. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*: Unicamp, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999.
- SELIER, Y. HERNÁNDEZ, P. Identidad racial de “gente sin historia”. *Revista Caminos*, La Habana, n.24-25, p. 84-90, 2002.
- STOLCKE, V. *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, 1991.
- _____, *Mulheres invadidas: sexo, raça e classe na formação da sociedade colonial*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 61-73, 1991b.
- SUDBURY, J. *Outros Tipos de Sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação*. São Paulo: Summus, 2003.
- VIGIL, M. L. *Cubanas: trazos para un perfil, voces para una historia*. Revista Envío, Managua, n. 200, 1998. Disponível em: < www.envio.org.ni/articulo/398 > Acesso em: 15 jun. 2006.